

## **A pesquisa fronteiriça no arco central do Brasil – contextos históricos e desenvolvimento regional<sup>1</sup>**

Daniela Cristiane OTA<sup>2</sup>

Laura SELIGMAN<sup>3</sup>

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

### **Resumo**

A fronteira do arco central do Brasil está presente nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, com registros de pesquisa na área da comunicação, sobre essas localidades, desde 2006. Em um país continental e multicultural como o Brasil, com cinco macrorregiões que apresentam significativas assimetrias, as desigualdades no que se refere à população e domicílios, à relação da população urbana com a rural e ao Índice de Desenvolvimento Humano nos Municípios (IDHM) vão para além da cartografia, pois esses dados possibilitam compreender os sistemas de mídias e de tecnologias existentes nos territórios. No entanto, justamente pela diversidade e pelo tamanho, muitos são os fenômenos que passam despercebidos pela comunidade acadêmica, com relação às regionalidades. Assim, o presente artigo aborda o jornalismo neste território fronteiriço da região Centro-Oeste, especificamente em Mato Grosso do Sul, estado que faz divisa com dois países – Paraguai e Bolívia, no contexto da Geografias da Comunicação. Foram analisados dados sobre o desenvolvimento dos municípios, a quantidade de veículos de comunicação na região e o número de estudos sobre o tema. Os resultados apontaram que há correspondência entre o baixo desenvolvimento dos municípios, os desertos de notícias e a qualidade do jornalismo praticado.

### **Palavras-chave**

Fronteira arco central; Mato Grosso do Sul; Jornalismo; Território.

### **Introdução**

No campo do jornalismo, as metrópoles e os grandes centros regionais estiveram mais presentes nos estudos brasileiros, principalmente na análise dos fluxos de produção dos centros geradores de conteúdo do Sudeste e Sul. Pesquisas sobre meios, estratégias e arranjos locais de produção e distribuição, porém, são mais recentes. E, atualmente já se registra significativo avanço na quantidade e na qualidade das contribuições acadêmicas e jornalísticas na interligação com a Geografia da Comunicação, com recortes de região ou de interior, por exemplo.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado 10º Colóquio Brasil-Estados Unidos de Estudos da Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Sessão Temática 4: Mídia local como espaço de prática profissional no Brasil e nos EUA.

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação, professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. E-mail: daniela.ota@ufms.br.

<sup>3</sup> Doutora em Comunicação, professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. E-mail: laura.s@ufms.br.

Em uma articulação interdisciplinar entre a geografia e a comunicação entendemos que os meios de comunicação não estão distribuídos homogeneamente no território, sendo sua presença condicionada por variáveis estruturais, políticas e econômicas. Esse olhar territorializado é essencial para compreender os descompassos entre regiões centrais e periféricas, especialmente em áreas de fronteira internacional.

Na região Centro-Oeste encontra-se a fronteira do arco central do Brasil, presente nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Nesta regionalidade o contexto fronteiriço é muito significativo, principalmente para Mato Grosso do Sul e a partir da implantação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCOM/UFMS), em 2011, as pesquisas sobre a fronteira começaram a ganhar sistematização representando esse interior, pouco conhecido academicamente.

No período de 2015 a 2025, no PPGCOM/UFMS, de um total de 117 dissertações defendidas, oito abordavam diretamente a temática sobre a fronteira sul-mato-grossense, representando 6,8% dos trabalhos defendidos. Com o programa de Doutorado em Comunicação implantado em 2024/2, atualmente, duas teses estão em desenvolvimento abordando a fronteira sul-mato-grossense: “Cartografia, territorialidade e gênero: quem são as jornalistas fronteiriças em Mato Grosso do Sul”, de Rafaela Alvarenga Flôr e “Eleições na fronteira: a decisão de voto dos jovens fronteiriços diante da crise nos sistemas peritos do jornalismo e da justiça eleitoral”, de Paulo Ricardo dos Santos Gomes.

As regiões de fronteira, conforme definidas por Haesbaert (2005), são espaços marcados por fluxos culturais, econômicos e comunicacionais transnacionais. No caso do Mato Grosso do Sul, a relação com Paraguai e Bolívia intensifica as dinâmicas de hibridismo cultural e circulação de informações, o que exige do jornalismo local uma abordagem sensível às especificidades linguísticas, identitárias e territoriais. Norberto (2024), ao mapear a produção científica sobre jornalismo de fronteira, destaca a escassez de pesquisas no arco central do país, com concentração das investigações na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o que revela tanto um protagonismo acadêmico regional quanto uma lacuna no debate nacional.

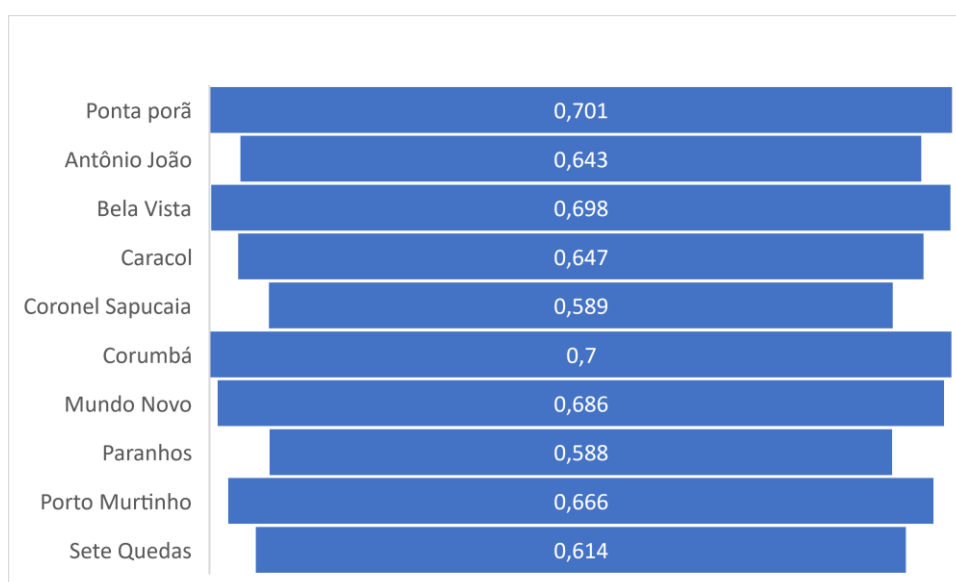
## Municípios da faixa de fronteira seca em MS e o IDHM

Mato Grosso do Sul conta com 79 municípios e uma população de 2.839.188 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). Duas regiões se sobressaem como pólos de integração regional e pela importância histórica - Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Puerto Quijarro, municípios limítrofes entre Brasil e Paraguai e Brasil e Bolívia, respectivamente.

A linha divisória com os dois países totaliza 1.517 quilômetros de fronteira, e compreende as regiões Sul, Sudeste e Oeste do estado, dos quais 1.131 quilômetros são com o Paraguai e 386 quilômetros com a Bolívia. Desse espaço, 730,8 quilômetros constituem fronteira seca direta com esses dois países (IBGE, 2021).

Nessa faixa de fronteira seca de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, identificamos nove municípios (Antônio João, Bela Vista, Caracol, Coronel Sapucaia, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho e Sete Quedas). Já na faixa de fronteira seca com a Bolívia temos um município, Corumbá, que faz fronteira com Puerto Quijarro. Nesses dez municípios, destacam-se dois pelo seu baixo desempenho na medição do Índice de Desenvolvimento Humano em Municípios (IDHM).

**Gráfico 1 – IDHM na fronteira do MS**



**Fonte: IBGE 2021**

---

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município. Nas classificações o valor acima de 0,800 é classificado como "muito alto"; entre 0,700 e 0,799 como "alto"; 0,550 a 0,699 como "médio"; e abaixo de 0,550 como "baixo". Já o valor do IDHM muito baixo varia de 0,385 a 0,550. O IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda – retrata um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano. Ele é acompanhado por mais de 180 indicadores socioeconômicos que dão suporte à sua análise e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal.

Neste contexto, não temos em Mato Grosso do Sul cidades com IDHM muito baixo. Observando-se o conjunto de municípios, o Estado está na faixa de IDHM médio (0,742) e o índice mais sensível de desenvolvimento observado foi o IDHM baixo, na faixa de 0,555. Considerando os dez municípios da faixa de fronteira seca, os piores desempenhos estão em Coronel Sapucaia e Paranhos. As demais cidades encontram-se na classificação média, que varia de 0,550 a 0,699. Dados esses indicadores, investigamos a relação entre a localização geográfica, a posição no IDHM e a composição da mídia local neste agrupamento de cidades que compõem a faixa de fronteira seca.

O IDHM, adaptado do IDH da ONU às realidades brasileiras pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), permite compreender a correlação entre desenvolvimento humano e infraestrutura comunicacional. Como argumentam Diniz e Gonçalves (2015), a desigualdade territorial no Brasil também se expressa em termos de acesso à informação e à produção midiática, o que reforça a exclusão social em regiões menos desenvolvidas. Municípios com menor IDHM, como Coronel Sapucaia e Paranhos, evidenciam essa carência comunicacional, com presença mínima ou inexistente de veículos de comunicação. Essa realidade nas pequenas cidades pode comprometer o exercício da cidadania e o direito à informação, ressaltando ainda mais as desigualdades sociais.

### **Jornalismo produzido nos municípios fronteiriços e a relação com o IDHM**

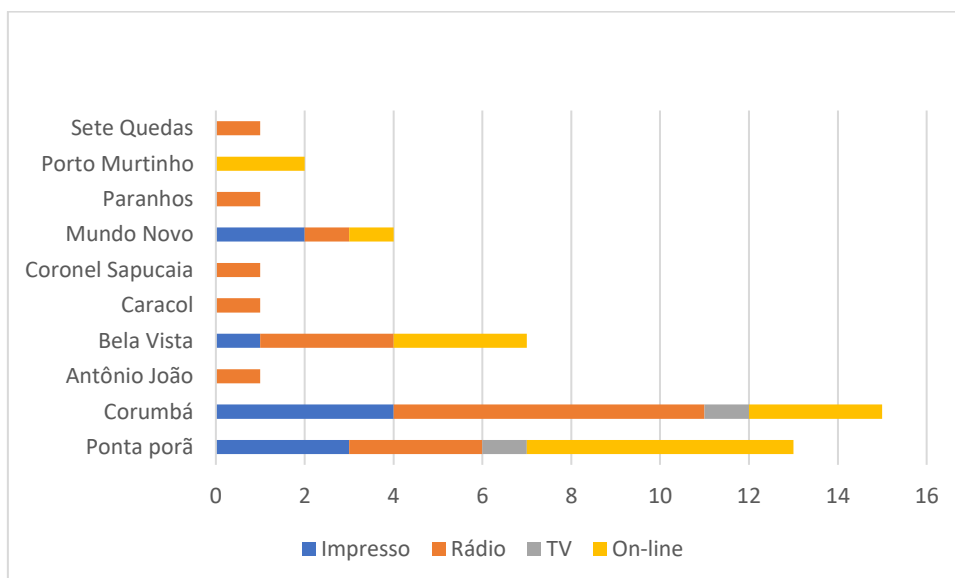
O trabalho pioneiro de Milton Santos (1956), ao classificar funcionalmente os jornais brasileiros, já destacava a influência da “vontade política” e da densidade

econômica na constituição dos sistemas midiáticos locais. Essa perspectiva continua atual, considerando que a existência e a sustentação de meios de comunicação ainda dependem da articulação entre capital político, recursos econômicos e, hoje, infraestrutura tecnológica.

O jornalismo local é frequentemente marcado por estruturas de produção reduzidas, vínculos estreitos com atores políticos locais e limitações técnicas e profissionais (Mick; Fonseca, 2012). Esse fenômeno, que ocorre sobretudo em municípios com baixo IDHM, é caracterizado por um jornalismo declaratório, com pouca apuração, editorialização precária e forte dependência de fontes oficiais (Traquina, 2005). A presença de veículos, ainda que numerosa em alguns municípios, não garante a qualidade da informação, sendo comum a ocorrência de práticas jornalísticas comprometidas com interesses políticos locais (Gomes, 2009).

O desempenho no IDHM também se reflete na quantidade de veículos de comunicação instalados na região. Os municípios com maior IDHM, Ponta Porã e Corumbá, também são os que apresentam maior número e desenvolvimento com relação aos veículos de comunicação, conforme demonstra o Quadro 2 abaixo. Paranhos e Coronel Sapucaia, os dois municípios com menos IDHM, têm apenas um veículo cada.

**Quadro 2 – Veículos de Comunicação na fronteira**



Fonte: Atlas da Notícia, 2024

Mesmo onde há produção de notícias, o jornalismo local padece com pouca qualidade e comprometimentos escusos que prejudicam o produto final. No livro

---

“Fronteiras Culturais e Práticas Comunicativas (2023) organizado por Daniela Ota e Marcos Paulo da Silva, uma coletânea de estudos sobre as relações fronteiriças com a comunicação, autores apontam que o jornalismo produzido nas fronteiras internacionais, pode ser caracterizado como artesanal, evidenciando-se falta de apuração das informações obtidas; incapacidade de cobertura completa de determinados acontecimentos; estrutura de produção pequena e comprometimento da informação por meio da produção de conteúdo jornalístico meramente declaratório.

### **Considerações finais**

A observação da realidade midiática nos municípios de fronteira do Mato Grosso do Sul evidencia a existência de um ecossistema comunicacional desigual e geograficamente condicionado, fortemente influenciado por fatores como Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), estrutura tecnológica disponível e densidade político-econômica local. A articulação desses elementos reafirma o argumento clássico de Milton Santos sobre a relação entre “vontade política” e “condições econômicas” para a existência e sustentação dos meios de comunicação locais.

A pesquisa aponta que a presença de veículos de comunicação tende a se concentrar nos municípios com maior IDHM, como Ponta Porã e Corumbá, onde há não apenas maior número de mídias impressas, radiofônicas, televisivas e digitais, mas também um ecossistema mais diversificado e articulado. Por outro lado, municípios com baixos IDHM, como Coronel Sapucaia e Paranhos, contam com infraestrutura comunicacional mínima, muitas vezes restrita. Nos casos avaliados e descritos acima, ambos os municípios apresentam uma única emissora de rádio.

Essa desigualdade territorial na distribuição e fortalecimento da mídia revela que o desenvolvimento comunicacional está diretamente atrelado à condição socioeconômica local, o que reitera a necessidade de políticas públicas específicas para a democratização do acesso à informação em regiões periféricas, em especial nas fronteiras internacionais. A escassez de veículos compromete a pluralidade de vozes e a circulação de informações de interesse público, dificultando o exercício pleno da cidadania nessas localidades.

Outro ponto crítico diz respeito à qualidade da produção jornalística nos meios existentes. Mesmo nas cidades com maior número de veículos, a precariedade estrutural e editorial é apontada por diversos estudos como um entrave para a produção de conteúdo

---

jornalístico aprofundado, imparcial e informativo. O predomínio do jornalismo declaratório, a ausência de apuração rigorosa, os laços com o poder político local e a estrutura de produção artesanal indicam uma fragilidade crônica, que compromete a função social do jornalismo como agente fiscalizador do poder e formador da opinião pública.

A ausência de formação técnica adequada e a falta de autonomia editorial também contribuem para um ambiente de comunicação pouco crítico e pouco reflexivo, incapaz de mediar conflitos ou representar efetivamente os interesses da comunidade fronteiriça. Tal cenário reforça o argumento de que a democratização da comunicação vai além da ampliação de veículos: ela envolve também investimento em capacitação profissional, acesso à tecnologia, incentivo à produção independente e regulação que garanta a pluralidade.

A análise também destaca que o avanço das cartografias, das análises sobre a programação e sobre a estrutura midiática na região da faixa de fronteira sul-matogrossense colabora no registro histórico e na produção científica de uma regionalidade, ainda pouco estudada e praticamente invisibilizada, considerando-se o território nacional. Podemos considerar também como relevante o papel desempenhado pelo PPGCOM/UFMS, que abriga a totalidade das pesquisas acadêmicas sobre jornalismo em regiões de fronteira no arco central brasileiro. A concentração dessas investigações em um único programa evidencia tanto o protagonismo regional como também a carência de outros centros de pesquisa dedicados ao tema, o que sugere uma lacuna no debate nacional sobre comunicação e território nas áreas fronteiriças.

Por fim, ao mapear veículos e analisar sua distribuição em correlação com o IDHM, o estudo oferece subsídios empíricos relevantes para o planejamento de políticas públicas e para o fortalecimento de uma comunicação regional que respeite as particularidades culturais, linguísticas e geográficas da fronteira Brasil-Paraguai-Bolívia. Ressalta-se a necessidade de fomentar projetos de comunicação pública e comunitária, em especial nas regiões de menor densidade midiática, como ferramenta para inclusão social, fortalecimento da democracia local e soberania informativa nacional.

## **Referências Bibliográficas**

---

DINIZ, Eli; GONÇALVES, Reinaldo. A crise do desenvolvimento no Brasil: da substituição de importações ao governo Lula. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

GOMES, Pedro Gilberto. Jornalismo regional: o elo frágil da cidadania. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). Jornalismo: temas contemporâneos. São Paulo: Contexto, 2009. p. 143–157.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão político-administrativa do Brasil e extensão territorial dos estados fronteiriços. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

MICK, Jacques; FONSECA, Vinícius de Mendonça. O jornalismo local entre a precarização e a reinvenção. Galáxia, São Paulo, n. 23, p. 174–187, jun. 2012. <https://doi.org/10.1590/S1519-311X2012000100012>

NORBERTO, Márcio Barbosa. Fronteiras do Brasil nos estudos em Jornalismo: pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação no período de 2000 a 2020. Tese (Doutorado em Jornalismo) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. (No prelo).

PASTI, André. O novo e o velho na organização da mídia no território brasileiro: contribuições para a leitura da conjuntura atual a partir de Milton Santos. PerCursos, v. 23, n. 51, p. 238–264, 13 maio 2022. ISSN 1984-7246. DOI 10.5965/1984724623512022238

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2021. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 2 jun. 2025.

SANTOS, Milton. Classificação funcional dos jornais brasileiros – As regiões jornalísticas. Boletim da Associação Bahiana de Imprensa, Salvador, 1956.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.